

a mais delicada das funções, dentro do mais sombrio quadro do século. Talvez — quem sabe? — o mais fecundo.

Esse homem ha de ter, diante dos olhos, toda a história e ser o sucessor daquele que em parte a fez: nele, vestir bem, ter boas maneiras, saber conversar, encantar, é meio e não fim; fazer amar a sua pátria, cortar a tempo toda discórdia, impor-se ao respeito e manter respeitado o seu povo, ha de ser o seu fim, — o seu grande fim.

Exige-se-lhe, é certo, conhecimento maior dos interesses mercantis, para que seja, lá fora, — se não o representante de todas as forças sociais do seu país, — a antena de todas elas. Todavia, nunca, depois do Século XVIII, precisou ser tão complexo o diplomata e, acima de tudo, tão político. Nunca, incluído o Século XVIII, foram maiores as suas responsabilidades.

Cada Estado busca nos milhões dos seus nacionais, na lista dos seus homens mais eficientes, os que possam, por eles, jogar nos grandes torneios do silêncio, da ação e da palavra, e nenhum posto civil, hoje em dia, é mais expressivo da intensidade da vida e da missão do Estado.

O Século XIX, docil às ondulações do pensamento e demasiado confiante na ação anônima do tempo, guardou-nos, como em velhas redomas de cristal, o tipo do diplomata que os séculos anteriores criaram e bruniram. Em vez de o transformar no simples agente do comércio, o nosso Seculo precisa dele, mas impõe-lhe seja o homem que nada pode ignorar das realidades da sua pátria e das equações em que essas realidades aparecem. E' arriscado ser um mediocre. Porque os outros Estados lançam mão dos seus maiores homens, para os contactos, permanentes ou imprevistos, no plano da politica mundial. Por vezes, os próprios

chefes de governo se sentem obrigados a tratar pessoalmente os problemas diplomáticos, tão grave, tão subtil e tão alta lhes parece e o é a missão da diplomacia contemporânea.

Político, jurista, economista, homem de salão, sportman, tudo precisa ser, no devido momento, o diplomata. Ha de falar linguas e ha de ter o que falar com elas. Saber calar, mas saber tambem que a conversa é a linha com que se cosem as relações sociais. Estar sempre pronto a sacrificar-se a si, deixando bem o seu país.

Tal o que se espera do diplomata. Longe de ter desapparecido a função dêle, cresce hoje para além do que foi.

Para nós, americanos, a missão da diplomacia é a de urdidora constante da paz. Para nós, Brasileiros, que tanto devemos a Alexandre de Gusmão e aos estadistas do Império e da República, é a linha de frente em todos os setores.

Visto à luz desse tipo, que os diplomatas têm de satisfazer, vós sois, senhor doutor Mauro de Freitas, uma das nossas melhores esperanças: sabeis falar e sabeis calar; conheceis os nossos problemas, com a vantagem do longo serviço junto ao grande estadista que nos guia e enorme politico que nos dirige; e tendes o amor da nossa grandeza, que é a razão de aqui estarmos e a razão mesma da nossa alegria.

Festejando-vos, não vimos fazer votos por vossos triunfos e por vosso futuro. Vemo-vos partir, aguardando o que já está em vós e a vossa ação demonstrará.

Levai convosco a nossa convicção de que os triunfos já estão nas vossas qualidades."

O Instituto Nacional do Livro e a Difusão Cultural

Quasi ao fim de dezembro de 1937, era decretada a lei que deu existência ao Instituto Nacional do Livro, instalado alguns meses mais tarde, em maio de 1938. Mas essa instalação de inicio foi tão somente o primeiro passo na efetivação do plano predeterminado. Formava-se a célula central do Instituto, e tratava-se de escolher, reunir, coordenar os elementos de trabalho destinados a dar ao conjunto o carater de verdadeiro órgão de difusão cultural. Na verdade, essa obra de preparação se veiu fazendo silenciosamente, com segurança e acerto, devendo atingir em pouco o seu pleno desenvolvimento.

Na summa da lei que o criou, são quatro as atribuições principais conferidas ao Instituto, e

todas as quatro visam beneficiar e incentivar a cultura geral e o esforço intelectual.

Vale a pena recordar que a primeira idéia de que nasceu o Instituto consistia somente no projeto de publicação de um grande Dicionário, no qual se incluíssem o enorme vocabulário de formação autóctone e as locuções e expressões de uso corrente, já incorporadas na lingua falada e escrita, bem como na publicação de uma Enciclopédia essencialmente nacional, para refletir o que somos, terra e povo, nos nossos aspectos mais significativos, e contendo noções precisas, claras, suficientes, da nossa História e das nossas aquisições em todos os dominios, das nossas particularidades e das nossas generalidades. As duas

obras, Dicionário e Enciclopédia, assim planeadas, constituíam elas sós um intento da mais alta importância e podiam bastar, até certo ponto, como objetivo util, se não fora a necessidade de achar solução a outros problemas de ordem geral e imperiosa. Foi o que entendeu fazer, e bem o entendeu, o Ministro Gustavo Capanema, que estudou, ampliou, desdobrou o plano primitivo, de modo a torná-lo de muito maior alcance.

Da transformação resultou, portanto, que Dicionário e Enciclopédia, sem nada perder de sua importância, passaram a ser um dos fins da organização projetada e não mais, apenas, o seu fim exclusivo. E logo, exposto o novo plano ao Presidente da República, que lhe deu franco assentimento, o Ministro da Educação fez elaborar a lei de criação do Instituto Nacional do Livro, com as seguintes atribuições:

1. Organizar e publicar um Grande Dicionário brasileiro da língua portuguesa.
2. Publicar toda sorte de obras valiosas que possam servir ao desenvolvimento cultural.
3. Promover diretamente, ou auxiliar do melhor modo, a organização e a manutenção de bibliotecas públicas.
4. Incentivar no país a edição de livros, tornando-a menos onerosa e mais eficiente, e facilitar praticamente a entrada dos livros estrangeiros.

Eis aí, em relação sumária, os fins principais do Instituto. Tal programa responde, no todo e nas minúcias, às exigências do momento. É um programa de difusão cultural, e está nisto o grande significado da sua organização. Naturalmente era necessário que obra de tamanho vulto fosse empreendida no conjunto, pois que todas as suas partes interessam direta e efetivamente o intento de uma realização suscetível de influenciar no progresso intelectual do país.

TRABALHOS PREPARATÓRIOS

Podia parecer que decorreu muito tempo entre a criação do Instituto e o início das grandes tarefas que lhe incumbem. Mas não houve tempo perdido e nem por discreto e ignorado do pú-

blico, foi diminuto o esforço desenvolvido nos meses que medeiam desde que houve um Diretor nomeado para organizar os trabalhos preliminares da fundação recente.

Com efeito, no período aludido, esse Diretor, tendo simplesmente o auxílio de duas dactilógrafas e dois ou tres funcionários diversos, postos à sua disposição pelo Ministro, realizou uma obra preparatória indispensável aos trabalhos futuros. Levantou-se ali o cadastro de quasi todas as bibliotecas existentes no país, ou pelo menos das principais, e foram estudadas as condições atuais e necessidades de cada uma.

Entabularam-se relações cordiais com numerosas organizações congêneres estrangeiras, fazendo-se com elas interessantes permutas bibliográficas. Distribuíram-se nos Estados milhares de volumes, ofertas do Instituto, os quais de outro modo jamais chegariam, ou só raramente chegariam, ao alcance do comum leitor, nos centros para onde foram enviados. Procedeu-se, com método rigoroso, à escolha dos elementos necessários a diversas publicações bibliográficas, de interesse nacional e cultural, que aparecerão no ano corrente. Organizou-se o plano e colheram-se os primeiros elementos para a publicação periódica de um Boletim bibliográfico brasileiro, cujo primeiro volume será brevemente distribuído. E ainda, a par de trabalhos de ordem interna, difíceis, exigentes, obscuros, mas absolutamente indispensáveis, que reclamavam agudo senso de organização e grande paciência, estabeleceu-se o plano geral das tarefas que vão caber às tres Secções, cujo funcionamento estará completo em três ou quatro semanas.

Eis aí que o Instituto vai entrar definitivamente na sua fase de realização. Estava previsto que os trabalhos preparatórios e o natural ajustamento do método a ser empregado em cada Secção, não permitiriam que o organismo inteiro viesse a desenvolver a máxima atividade desde logo. Assim, a verba destinada aos empreendimentos de 1939 foi fixada em quantia muito moderada. Isto, aliás, não traz dificuldades, nem há dizer que fora melhor proceder apressadamente em assunto dessa natureza. O Governo não criou o Instituto para efeito momentâneo, mas procura torná-lo um órgão de continuidade eficiente, apto para uma ação duradoura e constante.

Vejamos, agora, como se delineou o plano das tres importantes Secções que se ajustam e formam o arcabouço da organização destinada a

transmitir ao Brasil inteiro um sentimento novo de comunidade cultural.

DICIONÁRIO E ENCICLOPÉDIA

A Secção do Dicionário da língua nacional e da Enciclopédia brasileira há de ser, forçosamente, pela complexidade da matéria, a de andamento mais demorado.

E' de toda a evidência que a elaboração das duas obras requer o maior rigor de método, múltiplas e diferenciadas colaborações. De acordo com a lei que criou o Instituto, Dicionário e Enciclopédia devem ser empreendidos dentro de planos pre-estabelecidos. Os modelos estrangeiros, alguns excelentes, oferecem precioso auxílio na escolha das normas práticas por que se hão de guiar as sub-comissões compendiadoras; mas esse auxílio é apenas relativo, desde que tratamos, antes de tudo, de realizar duas obras brasileiras, com extensão e fins jamais tentados até hoje.

Está previsto que o Dicionário — o nosso Grande Dicionário da língua — constará de dois, possivelmente tres volumes, e a Enciclopédia, de dez ou doze.

Quando a lei dispôs que ao Instituto compete "organizar e publicar a Enciclopédia e o Dicionário", acrescentou com acerto: "revendo-lhes as sucessivas edições". Era a previsão bem fundada de que esse tentamen consideravel, a ser realizado por nós, com os nossos próprios recursos, poderia não sair tão perfeito quanto desejamos... Se não isto, foi ao menos, da parte do poder legislativo, a sábia consciência de que tais obras estão sujeitas a contingências várias, que reclamam, de tempo a tempo, uma intervenção renovadora.

Ponha-se de parte, porém, a ambição da obra absolutamente perfeita. Tanto seria impossivel. Aceitemos que já será bastante levá-la a termo com a segurança e a sinceridade de quem se alegra no esforço util. Para tanto pode confiar-se na vontade de realização com que o Brasil de hoje enfrenta os seus problemas, e procura dar-lhes soluções adequadas.

Nos últimos cincoenta anos os brasileiros ofereceram inumeraveis e valiosas contribuições ao estudo da filosofia portuguesa. Falharam, todavia, até o presente, todos os propósitos de coordenação e publicação de um grande Dicionário brasileiro da língua. A razão provavelmente é que a iniciativa particular ou a de qualquer associação cultural, entre nós, não dispõe dos meios

necessários a esse trabalho monumental. E como não há dizer que os bons dicionários editados pelos portugueses modernos correspondem às nossas particulares exigências, não obstante o empenho que denotam com o registo de muitos e muitos termos brasileiros, resultou para nós a urgência da iniciativa oficial, capaz de resolver o que não poude a iniciativa privada. Ninguém diz seriamente que temos uma língua, e Portugal outra. A língua é a mesma, e acreditamos que o será sempre. Mas, entre nós, por circunstâncias diversas, perfeitamente respeitaveis porque naturais, surgiram diferenciações irreduzíveis, guardaram-se vozes antigas que os portugueses perderam da memória, formaram-se novas que a eles continuam estranhas, e adotaram-se construções, muitas já presentes na literatura, que nos são particulares e próprias. Desconhecer, negar, esconder tudo isso, como se fosse cousa de que nos devêssemos envergonhar, e não uma parte de nós mesmos, trazida por aquisição do espirito, equivaleria a cultivarmos coletivamente o complexo de inferioridade a que a psicologia hodierna chama um recalque. Cumpre, ao contrário esmiuçar, recolher, definir, seleccionar todos esses fenômenos que se manifestam na língua portuguesa do Brasil, ou a ela se acham definitivamente incorporados.

Isso, de modo geral, para o Dicionário.

Quanto à Enciclopédia, obra de muito maior tomo, o plano esboçado obedece tambem ao pensamento de que a obra será de carater acentuadamente brasileiro. Enciclopédia deve ser, e será; não se compreenderia que nela deixassem de figurar as noções universais cujo conhecimento se afigura indispensavel, convindo que elas sejam postas ao alcance de quantos não possam dispor de outras fontes onde as haurir com satisfação mais completa. Entretanto, o espaço aberto às noções gerais ou universais não diminuirá o cuidado que se reserva aos temas exclusivamente ou parcialmente brasileiros. A geografia, a flora, a fauna, a etnografia, a história, a biografia, a bibliografia, et coetera, hão de fornecer milhares de monografias que constituirão o elemento predominante e fundamental da obra.

Ainda não é tempo, entretanto, de explicar as minúcias que marcarão as características essenciais de ambos — Dicionário e Enciclopédia. Neste particular hão de falar oportunamente as comissões de especialistas, que farão trabalho comum com a direção do Instituto.

BIBLIOTECAS POPULARES

A lei conferiu também ao Instituto a missão de incentivar e auxiliar a organização de bibliotecas públicas em todo o território nacional. Nisto se enfeixa um objeto do mais alto interesse educativo, porquanto no Brasil o livro continua quasi inacessível para grande parte da população. Com a deliberação de dar immediato inicio prático a este ponto do seu programa, o Instituto vai realizar interessante experiência no Distrito Federal, de preferência nas escolas municipais dos bairros mais populosos, criando nelas bibliotecas escolhidas, para empréstimo gratuito de livros às pessoas das famílias dos alunos, ou outras que o desejem.

A superintendência de tais bibliotecas caberá às próprias professoras, que as terão sob sua guarda. Ao fim de certo tempo, serão substituídos por outros os volumes antes fornecidos, de modo que se renovará constantemente o interesse dos leitores, os quais terão a seu dispor matéria sempre variada e nova.

Para tal fim já se fixou a necessária verba, com a qual o Instituto fará a aquisição dos livros e a instalação das bibliotecas, que serão no começo umas 20 ou 25. Se o exemplo do que succedeu alhures deve ser invocado, podemos acreditar que os resultados hão de responder à intenção generosa da iniciativa oficial; e certamente, nos anos próximos, tais bibliotecas se hão de multiplicar pelo interior do país, fornecendo ao povo leituras escolhidas que lhe alarguem o espirito, e sejam elemento novo e fecundo do desenvolvimento cultural.

Do mesmo passo a atenção do Instituto se volta para as bibliotecas públicas dos Estados, e examina os meios de aumentar-lhes o cabedal de leitura. Já se acha verificado que algumas dessas bibliotecas há muitos anos não dispõem da menor verba para a compra de livros novos. Podemos até dizer que se tornaram meros núcleos burocráticos, onde se aninham alguns funcionários sem ocupação. O intuito presente é torná-las centros de pesquisas e estudos, fornecer-lhes obras interessantes e atuais, que sirvam efetivamente aos estudiosos e a quantos procuram satisfação nas boas leituras.

AS PUBLICAÇÕES DO INSTITUTO

A par do Boletim Bibliográfico, que talvez se publicará trimestralmente, o Instituto deve, por

força do seu programa, "editar toda sorte de obras raras e preciosas, que sejam de grande interesse, para a cultura nacional".

O desempenho desta tarefa cabe à Secção de Publicações. E' óbvio encarecer o quanto isso representa. A Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, como as bibliotecas e arquivos portugueses, guardam numerosos inéditos que respeitam diretamente à história da formação brasileira, muitos apenas entrevistos por pesquisadores apressados, e alguns talvez destinados a esclarecer certos passos obscuros ou mal interpretados do passado colonial, das lutas civis anteriores a 1822, ou das que marcaram o alvorecer da nacionalidade. Os fatos e os homens da Independência, só a partir de data quasi recente começaram a ser melhor compreendidos e expostos. São já contemporâneos os historiadores e comentadores que, inspirados em novos métodos críticos, renunciam a fazer história-romance, para irem buscar em documentos autênticos o testemunho das provas irrecusáveis.

De outra parte, a bibliografia nacional se ressentente de muitas falhas, que atentam contra o espirito. Há excelentes obras brasileiras cujas edições se esgotaram há muito tempo. Há outras cuja reimpressão é reclamada por natural civismo. Podemos citar, e é um fato entre muitos, que os escritos científicos e literários do grande homem da Independência são inteiramente desconhecidos para a nova geração brasileira. Pois aqui vai intervir ainda o Instituto, para saldar uma dívida de gratidão nacional. Antes do fim do ano aparecerá o primeiro volume das Obras Completas de José Bonifácio.

Tambem este ano, em comemoração dos respectivos centenários, o Instituto dará inicio às seguintes publicações: a) Edição crítica das Obras Completas de Machado de Assis; b) Edição de luxo de três obras de Machado de Assis; c) Bibliografia de Machado de Assis; d) Edição crítica da Obra de Casimiro de Abreu; e) Bibliografia de Casimiro de Abreu; f) Edição crítica das Obras de Tavares Bastos; g) Bibliografia de Tavares Bastos; h) Publicação do Arquivo de Floriano Peixoto; i) Bibliografia de Floriano Peixoto; j) Reimpressão das Obras de Tobias Barreto; k) Bibliografia de Tobias Barreto...

Outros projetos bibliográficos do Instituto já se encontram igualmente estabelecidos, inclusive a publicação, em linguas espanhola, francesa e inglesa, de romances de Machado de Assis, que

serão seguidos, na coleção, de outros labores da literatura nacional.

PARA DISSIPAR DÚVIDAS

Ninguém há de contestar que este programa, tão amplo do ponto de vista da cultura, confere ao Instituto Nacional do Livro um grande destino. Ele só basta para dignificar o pensamento que ideou tal fundação.

Todavia... já houve quem desejasse saber se o Instituto cogita da sindicalização do trabalho intelectual!

De certo que não cogita, nem há que justificar a suposição gratuita. Se os escritores desejam constituir-se em sindicato de classe, para melhor defesa dos próprios interesses, é bom que o façam, e nada impede que o façam. Se não nos enganamos, foi anunciado recentemente, aqui mesmo no Rio de Janeiro, um projeto de união sindical dos escritores... Acreditamos que, pessoalmente, nem o diretor do Instituto Nacional do Livro, Sr. Augusto Meyer, nem nenhum dos homens de letras chamados a colaborar com ele, teria a menor dúvida em filiar-se a um sindicato de autores, que se viesse a organizar convenientemente. Mas o Instituto não se destina a dar esse gênero de assistência aos que escrevem.

Seja dito, aliás, com respeito aos fatos, que o Estado brasileiro favoreceu sempre, por admi-

ração e gosto, aos talentos literários, escritores e jornalistas. Desde o Império, houve invariavelmente no Brasil isso a que poderíamos chamar o primado literário, traduzido no respeito aos oradores e homens da pena. Em todas as situações, os nossos Governos jamais negaram consideração aos magos da palavra escrita e oral, dando-lhes cargos públicos que lhes permitissem a garantia de estabilidade econômica. Do mesmo modo, o Governo saído da Revolução de 30, mais profundamente compenetrado de sentimento nacional, vem timbrando em seguir essa prática. Do atual chefe da Nação, escritor, orador, homem de espírito ele mesmo, pode dizer-se que nenhum governante brasileiro, salvo talvez Pedro II, o igualou no empenho de honrar as forças intelectuais do país, e fazê-las colaborar na tarefa comum do engrandecimento nacional; e, ao seu exemplo, o Ministro da Educação demonstra constantemente, por palavras e atos, a sua preocupação espontânea de incentivar o progresso cultural e beneficiar a inteligência criadora. O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e o Instituto Nacional do Livro são fundações que vieram, de algum modo, coroar a série de iniciativas do atual Governo, dentro do plano educacional e cultural que abre sentido novo e autônomo à formação brasileira.

Aumento da população do Brasil desde 1872, segundo os recenseamentos

1872	Primeiro recenseamento geral	10.112.061 habitantes
1890	Segundo recenseamento geral	14.333.915 habitantes
1900	Terceiro recenseamento geral	17.318.556 habitantes
1920	Quarto recenseamento geral	30.655.605 habitantes
1940	QUINTO RECENSEAMENTO GERAL	?? . ??? . ??? HABITANTES

AJUDE A COMISSÃO CENSITARIA NACIONAL A DESCOBRIR OS ALGARISMOS EXATOS PARA PÔR NO LUGAR DESSES OITO PONTOS DE INTERROGAÇÃO, EM 1940.